

**OS BASTIDORES DA RESISTÊNCIA: ASSESSORIA DE IMPRENSA,
IMAGEM E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE LEONEL BRIZOLA NAS
FOTOGRAFIAS DA LEGALIDADE (1961)**

DANIELA GÖRGEN DOS REIS¹

danielagorgen@yahoo.com.br

A partir do estudo das especificidades das imagens visuais e de seu campo de conhecimento, bem como as suas condições sociais, tais como seus estatutos e processos de circulação e recepção, podemos suscitar algumas questões relevantes para o estudo da imagem. Afinal, o que fazemos quando atribuímos um sentido a uma imagem? O que fazemos quando a descrevemos? E quando dizemos que a imagem representa algo?

A resposta pressupõe um cruzamento com a semiologia. A iconografia deve ser considerada, em primeiro lugar, como uma forma de retórica, um código convencional, no sentido de um conjunto de forma reconhecidas, estratificadas, que devemos reconhecer ou reconstruir através dos meios que a história possivelmente nos oferece. O presente trabalho pretende propor uma metodologia aplicada a um tipo específico de representação visual: as imagens técnicas, mais especificamente, a fotografia.

Nesse sentido, a fotografia, é concebida aqui como uma linguagem e uma convenção, que é necessário conhecer e decifrar. Uma vez que as imagens são ambíguas e passíveis de múltiplas interpretações, buscamos a desconstrução do processo de elaboração da imagem fotográfica. Para isso, é necessário um aprendizado desse código visual e uma cuidadosa discussão teórico-metodológica que nos permita utilizá-lo na pesquisa histórica.

Tendo a fotografia como objeto central, a proposta da presente pesquisa é tentar analisar o papel da Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini (RS) na construção da imagem do governador Leonel Brizola e demais lideranças políticas, civis e militares no episódio da Legalidade (1961). Desta maneira, partiremos do estudo do autor das

¹ Bacharel e Licenciada em História pela PUCRS. Mestranda do PPGH da PUCRS. Agência financiadora: CNPq.

fotografias (Assessoria de Imprensa), seguindo pelo estudo do contexto histórico (político e social), adentrando na análise das imagens da Legalidade propriamente ditas e finalizando com a análise da circulação que essas imagens tiveram na imprensa da época (o uso que tiveram pelos veículos de comunicação).

O Autor das imagens: Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini

É nas primeiras décadas do século XX que a indústria cultural brasileira começa a tomar forma. As revistas firmam-se como um importante meio de comunicação visual, assim como a televisão, que passa a ser introduzida nas principais capitais. Nesse período, a fotografia se tornava cada vez mais uma forma importante de informar e mobilizar a população através de sua veiculação em jornais e revistas ilustradas. Câmeras mais portáteis, como a *Rolleiflex* e a *Leica*, permitiram o avanço da foto instantânea e uma dinamicidade no trabalho do fotógrafo, que agora podia registrar e informar a modernização dos espaços urbanos, a vida social e os movimentos políticos (MASSIA, 2008, p. 83).

É nesse contexto de evidência das imagens fotográficas (início da década de 1950), quando as imagens passavam a ganhar espaço de destaque nos periódicos, que começa a se estruturar a Assessoria de Imprensa do Poder Executivo Estadual do Rio Grande do Sul. Em 1947, na gestão de Walter Jobim, foi criado o primeiro sistema de comunicação social da administração do Estado². Passava a existir a figura do Assessor de Imprensa. No entanto, a relação entre o Governo e os veículos de comunicação era feita de maneira informal e coordenada pelo chefe da Casa Civil.

A formalização de uma estrutura profissional aconteceu na gestão do governador Leonel Brizola. O governador nomeou o primeiro chefe da Assessoria de Imprensa, o jornalista Hamilton Chaves, enquanto Antônio Carlos Contursi era indicado chefe do setor de Fotografia³.

As imagens da Assessoria de Imprensa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, desde a sua criação, em 1947, até os dias atuais, estão acondicionadas no Arquivo Fotográfico do Palácio Piratini conservado no Museu da Comunicação Hipólito José da

² *A História da Comunicação Social nos Governos Gaúchos (1947-2006)*. Catálogo da Associação Brasileira de Imprensa, disponível no Arquivo Fotográfico do Museu Hipólito José da Costa. p. 3.

³ *A História da Comunicação Social nos Governos Gaúchos (1947-2006)*. Op. Cit., p. 5.

Costa. A crescente preocupação com a imagem do Poder Executivo é registrada neste Arquivo Fotográfico através de uma análise do número de negativos – desde a criação da Assessoria de Imprensa em 1947, atingindo seu auge na gestão de Leonel Brizola, quando a Assessoria é oficializada pelo governador.

- Walter Jobim (1947-51) 2.624 negativos
- Ernesto Dornelles (1951-55) 5.048 negativos
- Ildo Meneghetti (1955-59) 5.560 negativos
- Leonel Brizola (1959-63) 18.757 negativos

Este aumento indica que a organização da comunicação tornava-se cada vez mais elaborada e sofisticada, com medidas mais democráticas e um interesse pelos novos meios de comunicação, formando uma tentativa de penetrar o cotidiano da população através de métodos mais democráticos, que não o uso da escrita: os governos podiam fortificar a propaganda política com o uso das imagens.

O Arquivo Fotográfico do Palácio Piratini vêm sendo, desde a sua criação, permanentemente atualizado e não possui autoria das imagens singularizadas. A identificação das fotografias está ligada à listagem de fotógrafos que atuaram em cada gestão de governo. Isto constitui em um problema de pesquisa importante, devido à importância fundamental da autoria do documento fotográfico. Como afirma Boris Kossoy (1989, p. 38), por mais isenta que seja a interpretação dos conteúdos fotográficos, o passado será sempre visto segundo a interpretação do fotógrafo que optou por um determinado ângulo – a interpretação do real será influenciada pela visão de mundo do fotógrafo.

Entretanto, entendemos que a fotografia, concebida aparentemente por um indivíduo, o fotógrafo, é, entretanto, criada, administrada e utilizada por organismos governamentais específicos, neste caso, a Assessoria de Imprensa do Estado, agência responsável pela criação das imagens do governo e que as distribuía para os jornais e revistas regionais, nacionais e até internacionais.

Em entrevista à Cláudio Fachel (2009), Lemyr Martins, fotógrafo do Palácio Piratini na gestão de Leonel Brizola, afirma que a equipe de fotógrafos deste período era formada por cinco integrantes, incluindo o seu nome: Alberto Serrano, Pedro Flores,

George de Alencastro e Carlos Contursi. O fotógrafo afirma que a maioria das imagens publicadas nas revistas do centro do país e até mesmo em alguns jornais diários sobre a Legalidade em Porto Alegre, foram produzidas pela Assessoria do Palácio Piratini (FACHEL, 2009, p. 87). Revistas como Manchete, Fatos & Fotos e Mundo Ilustrado tinham fotos destes profissionais.

Na crise de 1961, uma extraordinária cobertura fotográfica foi realizada pela Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini, apresentando as lideranças políticas, as manifestações populares e mobilizações militares que se organizavam na resistência ao golpe militar e na defesa da Legalidade constitucional.

O contexto Político e Social

A partir dos anos 1950, o Brasil inicia um período de modernização. Era um momento de transição entre o Estado Novo e a chamada democratização, a partir de 1945. É um período marcado pelo nacionalismo, pelo populismo e pela busca de uma nova inserção no panorama internacional.

Naquele contexto, ocorre a introdução de novas técnicas agrícolas e o desenvolvimento capitalista no campo, provocando a expulsão de um vasto contingente de trabalhadores para os centros urbanos (PETERSEN & PEDROSO. 2007, p. 220). Esse contingente populacional foi atraído pela promessa de empregos na indústria em crescimento, de amparo da previdência social (aposentadoria e serviço médico), educação para os filhos e uma série de outras oportunidades de trabalho informal e de lazer.

Entretanto, os anos 1950 marcaram os limites da estrutura econômica gaúcha e a conseqüente crise regional (SOARES, 2007, p. 301). O pós-guerra e a reabertura do comércio mundial provocou a modernização do setor no centro do país, não acompanhada pelo Rio Grande do Sul. A crise econômica provocou diferentes posturas no campo político. Os governos do Rio Grande do Sul buscaram projetar o Estado no contexto nacional e buscaram uma modernização da economia, da política e da sociedade gaúcha (RÜDIGER, 2007, p. 357).

No final dos anos 1950, Leonel Brizola assume como governador do Estado (PTB, 1959-63). Brizola encampou serviços de telefonia (CRT) e energia elétrica, que eram tradicionais obstáculos ao desenvolvimento econômico. Também atuou

decisivamente junto ao governo federal, ao lado dos governadores do sul, para conquistas relevantes em infra-estrutura pesada, diferenciando-se dos governos de seu opositor Ildo Meneguetti (PSD, 1955-59, 1963-67), que propugnavam o estímulo à agropecuária e a indústrias tradicionais como solução da crise (CORTÉS, 2007, p. 276-277). Nesse sentido, a ascensão de Leonel Brizola significou o início de uma administração que se tornou modelo para o trabalhismo no Brasil.

Estudos realizados sobre a história do Rio Grande do Sul contemporâneo, chamam a atenção quanto à importância histórica de Brizola e sua capacidade de mobilização da sociedade gaúcha, tornando-se uma figura política popular. Com forte inserção no meio urbano, Brizola conseguia articular ligações com setores das camadas médias da população. Entretanto, apesar do prestígio regional, Brizola começa a destacar-se nacionalmente, após a crise político-institucional ocasionada pela renúncia de Jânio Quadros à presidência da República e o veto dos ministros militares à posse do vice-presidente João Goulart, em agosto de 1961.

Ao se iniciar a crise da Legalidade, em 25 de agosto de 1961, concentraram-se em Porto Alegre todos os contingentes possíveis da Brigada Militar que se encontravam destacados nos municípios vizinhos. Em frente ao Palácio Piratini, era permanente uma multidão de dezenas de milhares de homens e mulheres de todas as idades e categorias sociais. O Rio Grande do Sul encontrava-se bloqueado, sem nenhuma comunicação com o país (CORTÉS, *Op. Cit.*, p. 268). Leonel Brizola criou a Rede da Legalidade, com a integração de uma quantidade crescente de pequenas emissoras às transmissões da Rádio Guaíba, além da participação de centenas de jornalistas, nacionais e estrangeiros, sob a coordenação de Hamilton Chaves. Brizola mobilizou a população, distribuindo armas a funcionários e voluntários (BARBOSA, 2002, p. 82).

Através da união entre discurso e imagem, Brizola tenta criar uma coesão entre o líder e o povo heróico na defesa da pátria. A resistência à manobra inconstitucional por parte dos militares só foi possível com o apoio de amplos segmentos sociais: trabalhadores, sindicatos, partidos políticos e, principalmente, da adesão do III Exército na luta pela defesa da Constituição.

Ao final da crise, a emenda parlamentarista foi aceita por João Goulart. Como lembra Joaquim Felizardo (1988, p. 43), a presença carismática de Leonel Brizola deu uma característica peculiar ao levante. O governador trazia uma dimensão moderna: ele

estava muito mais próximo dos desígnios populares que os seus antecessores, na medida em que não possuía nenhuma relação especial com o latifúndio.

Como afirma Bandeira (1978, p. 104), Brizola foi o último porta-voz dessa referência cultural de uma mentalidade audaz, alicerçada no orgulho regional, na coragem e heroísmo dos indivíduos em frente a situações dramáticas. Soube apelar para os valores do inconsciente coletivo, para os fundamentos de um imaginário entranhado em todo o Rio Grande do Sul.

A obra produzida pela Assessoria de Imprensa: as imagens da Legalidade

As imagens da Legalidade se constituem em 402 imagens digitalizadas. Através da análise dessas fotografias é possível identificar como o Governo do Estado, através de sua Assessoria de Imprensa, deu-se a ver no contexto de projeção do Estado gaúcho no panorama nacional, buscando uma modernização da política e da sociedade gaúcha.

Estas imagens estão carregadas de conotação. Cada objeto, cada pose, formam um conjunto de combinações para demonstrar o esforço de Brizola em fazer valer a Constituição. O que identificamos, é a construção de uma ideologia, que está consubstanciada nos objetos, armamentos e acontecimentos registrados nas imagens, que realizam uma espécie de “*esquema mítico*” (FELIZARDO, Op. Cit., p. 61) de proteção à Constituição.

As 402 imagens produzidas pela Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini passaram por um processo de indexação, fichamento e análise, que resultou na distribuição de quatro grupos temáticos: “Legalidade e meios de comunicação” (120 fotos), “Lideranças políticas” (104 fotos), “Manifestações Públicas” (88 fotos) e “Resistência e Fortificações” (90 fotos). A classificação foi feita a fim de realizar uma análise dos padrões de visualidade recorrentes em cada grupo, seguido de um cruzamento das informações obtidas para a caracterização do poder político na campanha da Legalidade.

Contudo, como o presente artigo objetiva problematizar a utilização das imagens fotográficas como estratégias do poder estadual (personificado na figura de Leonel Brizola) no sentido de tornar visível a sua ação perante à sociedade, resolvemos evidenciar neste trabalho, apenas o estudo de um grupo temático: “Lideranças políticas”.

O grupo das lideranças políticas da Legalidade é composto por 104 imagens. Os três principais líderes do movimento, e também os que mais aparecem registrados nas lentes da Assessoria de Imprensa, foram: o Governador Leonel Brizola, o Presidente João Goulart e o General Machado Lopes. O governador Brizola encontra-se na maioria absoluta das imagens, tido como uma liderança da maior importância, um articulador político em evidência e um herói regional em ascensão. Brizola aparece em 70% das fotografias, João Goulart, em 46% e Machado Lopes, em 24%. Uma particularidade desta série, é que 40% das imagens são ascensionais e somente 16% descensionais. O restante das imagens se configuram em vistas centrais.

A maioria das imagens com vistas ascensionais indicam a representação e a preponderância da liderança de Brizola e dos líderes políticos e militares sobre a movimentação da sociedade civil. Apesar da maioria das imagens serem classificadas à primeira vista como instantâneas, percebemos que as lideranças políticas sabiam que estavam sendo fotografadas e tinham consciência de como deveriam portar-se para aparecer nas imagens.

Na realidade, o governador Brizola atuou como o diretor de um filme, produzido pela sua própria Assessoria de Imprensa e centrado em torno de propostas, como a defesa da liberdade, da honra e dos direitos gaúchos e, acima de tudo, dos direitos de todos os cidadãos brasileiros. A Legalidade funcionou, nesse sentido, como uma espécie de pilar de uma realidade cultural e ideológica que já existia na tradição gaúcha, no velho espírito heróico regionalista, e que foi utilizada por Brizola no intuito de ascender como líder nacionalmente.

A Legalidade na imprensa

A imagem pode fortalecer ou até mesmo criar identidades, forjando representações com o objetivo de dar significados de acordo com os interesses de quem a produziu ou de quem as manipulou, modificando o seu sentido original. A importância da análise da circulação dessas imagens não está somente em encontrar significado na imagem, mas também em saber como este significado é usado pelos meios de comunicação visual (o uso social desta imagem e com que intuito ela foi utilizada).

Os trabalhos acadêmicos sobre texto, diagramação e caricatura que contemplam o riquíssimo período da imprensa brasileira, anos 1950 e 60, em geral não deixam de

mencionar a relevância que a fotografia ganhou nos veículos na década de 1950. O fotojornalismo e a fotografia do período também têm sido objeto de pesquisas específicas, fundamentais para seu entendimento, embora em escala muito menor do que as voltadas para o texto e as transformações gráficas. Mas o resultado destas investigações leva a crer que o fotojornalismo, num período de amplas mudanças políticas, sociais e culturais do país, abriu espaço para a fotografia, de maneira que ela se constituiu como linguagem, com especificidades para a imprensa, e com isso conquistou um espaço privilegiado nas revistas ilustradas.

Para Roland Barthes (1982) a fotografia de imprensa é uma mensagem constituída pela fonte emissora, o canal de transmissão e o meio receptor. A conotação, ou seja, a imposição de um segundo sentido à mensagem fotográfica, acontece nos diferentes níveis de produção da fotografia (escolha, tratamento técnico, enquadramento, paginação) (BARTHES, 1982. p. 301-313).

A fotografia de imprensa, também é examinada por Vilches (1987), que, concordando com Barthes, afirma:

La foto que publica un periódico es el resultado de múltiples actividades técnicas, mecánicas, profesionales, estructurales (por ejemplo, la obediencia a los géneros culturales y periodísticos, y, dentro de éstos, a las secciones, y dentro de éstas, a la compaginación, a la espacialidad y superficie de la página.)” (VILCHES, 1987, p. 246).

O recorte na realidade promovido pelos meios não se dá apenas com a decisão de publicar determinada matéria ou fotografia, mas também ao se estipular uma hierarquia na publicação destas fotos de acordo o assunto abordado, como explica Jorge Pedro Sousa:

As notícias são socialmente construídas e constroem socialmente a realidade, de onde a ênfase na novidade, no conflito [...] Ora, os designers racionalizam-nas num todo funcional, lógico, hierarquizado e premeditado, oferecendo mapas de leitura do mundo que majoritariamente orientam, a acreditar nos estudos críticos, no sentido da manutenção do status quo e do controle social [...] A foto, nos jornais e nas revistas, é simultaneamente autônoma e interdependente, dependendo de fatores como: o suporte de conotação com que o

texto insufla a imagem (embora, porventura, o inverso também possa ser verdadeiro); [...] o contexto socio-histórico-cultural da situação representada, da altura da publicação e do momento da leitura. (SOUSA, 2004, p. 37).

O passo seguinte é examinar como o assunto escolhido é publicado pelos meios de comunicação, lembrando que foi estabelecido para ser analisado apenas o grupo temático “Lideranças políticas”. Desta maneira, 4 revistas ilustradas foram pesquisadas: *Fatos e Fotos*, *O Cruzeiro*, *Mundo Ilustrado* e *Revista do Globo*. Ao todo, nas revistas pesquisadas, encontram-se apenas 31 imagens produzidas pela Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini, sendo 12 pertencentes à “Lideranças políticas”.

A revista *Fatos e Fotos* retrata o episódio da Legalidade em 4 edições (nº 31 ao nº 34) e faz um rastreamento da crise por todo o Brasil, deixando bem claro que a “capital da crise” é Brasília, e não Porto Alegre. Ao todo foram registradas 162 fotos referentes à Legalidade, sendo apenas 6 produzidas pela Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini. Quanto ao grupo “Lideranças políticas” foram encontradas 4 fotos, sendo 3 delas com Brizola e o General Machado Lopes juntos (uma de uma página e meia, uma de um terço de página e uma de um quarto de página); e 1 foto retratando João Goulart de uma página inteira.

A revista *O Cruzeiro* retrata a crise da Legalidade em apenas duas edições (16 e 23 de setembro de 1961), sendo uma delas uma edição “Extra”. Ao todo foram registradas 61 fotos do levante, sendo 7 imagens produzidas pela Assessoria de Imprensa do Governo do RS, todas da edição Extra. Três fotos do total das imagens da Assessoria de Brizola na revista pertencem ao grupo temático “Lideranças políticas”, sendo 2 de um quarto de página retratando Brizola e o general Machado Lopes, e uma de página inteira com João Goulart (capa da edição do dia 23 de setembro).

A revista *Mundo Ilustrado* dá uma ênfase maior na renúncia de Jânio Quadros e na posse de João Goulart, mas também retrata Porto Alegre e a figura do governador dos pampas. Retrata a Legalidade em duas edições (nº 194 e 195), apresentando ao todo 78 fotos da crise, sendo apenas 5 imagens produzidas pela Assessoria de Imprensa de Leonel Brizola. Duas imagens pertencem ao grupo “Lideranças políticas”, ambas retratando juntos, o governador Leonel Brizola e o General Machado Lopes, uma de página inteira e uma de um terço de página.

A *Revista do Globo* retrata apenas a esfera local da crise em Porto Alegre e dá muita ênfase à figura de Brizola como líder do movimento pela Legalidade. A crise é retratada em 2 edições (nº 803 e 804). Ao todo, são 39 fotos do levante, sendo 14 produzidas pela Assessoria de imprensa do Palácio Piratini. As “Lideranças políticas” aparecem em 3 imagens, duas com Brizola e o general Machado Lopes (uma de meia página e outra de um terço de página) e uma de João Goulart em meia página.

Como visto anteriormente, a aparição de Brizola nas imagens produzidas pela Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini, revelam a alta representatividade do governador como sendo o líder das massas trabalhadoras e no exercício de um articulador político entre as demais lideranças do levante. Entretanto, dentre as fotos pertencentes ao grupo temático “Lideranças políticas” que aparecem nas revistas ilustradas pesquisadas, o governador do Rio Grande do Sul não aparece sozinho em nenhuma fotografia.

As revistas ilustradas e sua linguagem imagética, baseada na fotografia, se constituíram, portanto, num importante instrumento na configuração de uma identidade criada pelos segmentos dominantes da sociedade: a de Brizola como um líder regional do RS, com características de negociador político, cuja ação foi fundamental para o desfecho da crise da Legalidade no país, mas que não merecia ter sua imagem destacada das demais lideranças, uma vez que sua atenção é dividida com as outras duas principais figuras do episódio da Legalidade: João Goulart e Machado Lopes.

Fotografia produzida pela Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini

*(digitalizado e acondicionado no Arquivo Fotográfico
do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa)*



Autor: Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini.

Título: Visita do general Machado Lopes ao Governador Leonel Brizola.

Local de origem: Porto Alegre (RS), Palácio Piratini.

Local atual: Porto Alegre (RS), Arquivo Fotográfico do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa.

Data: 28/08/1961.

Descrição física: 1 negativo P&B.

Medidas: 6x6cm.

Número da foto: APP04M13150.

Conclusão

A tentativa de analisar as características do poder político do governador Leonel Brizola como líder do movimento da Legalidade, por intermédio de suas respectivas imagens, fez com que este artigo se concentrasse na busca da compreensão do significado público destas fotografias, através da análise de sua circulação.

Conclui-se, assim, que a imprensa veiculou sim a imagem de Brizola, não como sendo o principal líder do movimento pela Legalidade, mas como um negociador político entre as partes envolvidas (de um lado, o presidente João Goulart e, de outro, as forças militares representadas pelo general Machado Lopes). Brizola aparece sempre

acompanhado de outras lideranças, principalmente do comandante do III Exército, figura decisiva para o desfecho parlamentarista.

As imagens difundidas pela Assessoria de Imprensa, organizada pelo próprio Brizola, pensada como uma das principais armas do governador em defesa de seus ideais, teve pouca circulação nacional. Dentre as revistas pesquisadas, a única que veiculou um número significativo destas imagens, a Revista do Globo, tinha forte âmbito regional, provando que a característica de Brizola como principal líder e herói das massas trabalhadoras não ultrapassou a fronteira do sul do país.

Entretanto, apesar de não aparecer como líder principal do levante e ter que dividir as atenções com os demais participantes da crise da Legalidade, Brizola teve seu objetivo alcançado. Através da construção de uma rede de comunicação que envolvia todo um aparato de imprensa, inclusive com a criação da Rádio da Legalidade, e que inclui as imagens produzidas pela sua própria Assessoria, o governador conseguiu conquistar o apoio do Terceiro Exército e, a partir daí, garantir a posse de Jango na presidência do país.

É necessário, desta maneira, admitirmos que a imagem fotográfica pode se prestar a utilizações interesseiras, em função de sua pretensa credibilidade enquanto registro visual “neutro” dos fatos. Mesmo que seja um processo difícil e trabalhoso, os documentos visuais se mostram como uma importante ferramenta no processo de construção da História. Repensar a gênese da apropriação pelo poder da utilização dessas imagens técnicas é um caminho para reconstruir a utilização que os setores privilegiados da sociedade fazem desses meios para fazer valer seus interesses.

Bibliografia

A História da Comunicação Social nos Governos Gaúchos (1947-2006). Catálogo da Associação Brasileira de Imprensa, disponível no Arquivo Fotográfico do Museu Hipólito José da Costa.

BANDEIRA, Moniz. *O governo de João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARBOSA, Vivaldo. *A rebelião da legalidade: documentos, pronunciamentos, noticiários, documentários*. Rio de Janeiro : FGV, 2002.

BARTHES, Roland . A Mensagem Fotográfica. In: ____ . *O Óbvio e o Obtuso*. Lisboa : Edições 70, 1982.

CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha (1930- 1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FELIZARDO, Joaquim José. *A legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 1988.

FLUSSER, Vilém. Ensaio sobre a fotografia – para uma filosofia da técnica (filosofia da caixa preta). Lisboa: Relógio D'Água, 1998.

História geral do Rio Grande do Sul. – Volume 4. Passo Fundo: Méritos, 2007.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ática, 1989.

LABAKI, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SOUSA, Jorge Pedro. *Fot Jornalismo. Introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

TAGG, John. *El peso de la representación*. Barcelona: Gustavo Gili, 2005.

VILCHES, Lorenzo. *Teoría de la imagen periodística*. Madrid: Ediciones Paidós, 1987.